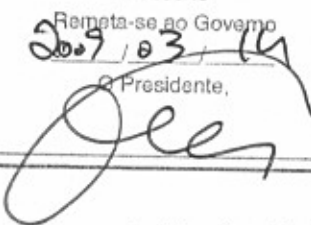




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
À SESSÃO
Remeta-se ao Governo
20.9 / 03 / 14
O Presidente,



REQUERIMENTO

A Escola Profissional das Capelas é um estabelecimento de ensino com um importante historial na formação profissional na Região, desempenhando um destacado papel na formação de quadros especializados que são essenciais ao desenvolvimento regional.

A elevada e reconhecida excelência do ensino e formação prestados, fruto do empenho e da qualidade dos seus trabalhadores docentes e não docentes, que importa valorizar, tem vindo a ser crescentemente ameaçada pela degradação das condições de trabalho dos seus profissionais, como o PCP tem vindo oportunamente a denunciar.

Assim, as alterações ao DLR 26/2005/A de 4 de Novembro, consignadas pelo DLR 6/2008/A de 6 de Março, afiguram-se-nos positivas, uma vez que a integração da Escola Profissional das Capelas na rede escolar regional não só assegura a continuidade da sua natureza pública, como lhe fornece as necessárias alavancas de funcionamento democrático interno para o seu desenvolvimento.

No entanto, o arrastar da situação de transição tem causado dificuldades de funcionamento interno, descoordenações diversas e lançado na incerteza os profissionais que aí desenvolvem a sua actividade.

Por outro lado, o atraso na instalação dos órgãos pedagógicos prejudica o desenvolvimento do projecto educativo e é mais um factor de instabilidade e descoordenação acrescido.

De extrema gravidade, também, é a situação de ser distribuído aos professores serviço não lectivo em grosseira violação do conteúdo funcional da profissão

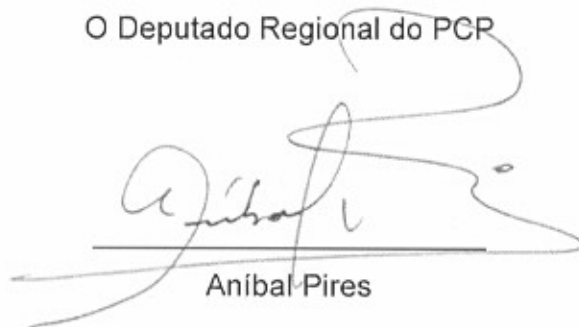


docente. Terão mesmo existido casos em que, de acordo com as informações que obtivemos, professores foram colocados a realizar serviço administrativo, o que é um acto arbitrário, ilegal e atentatório da dignidade dos profissionais.

A Representação Parlamentar do PCP, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicita ao Governo a seguinte informação:

- Para quando se prevê a urgente e necessária instalação dos órgãos pedagógicos da Escola, por forma a contribuir para a normalização do seu funcionamento e acção educativa?
- Se tem conhecimento da atribuição irregular de serviço não lectivo, em violação dos conteúdos funcionais da carreira docente, e que medidas imediatas serão tomadas para terminar com esta situação?

O Deputado Regional do PCP



Aníbal Pires

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 1044	Proc. Nº 54-04-02
Data: 09, 03, 13	Nº 72, IV